



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

EDITAL FD/PÓS/SEL. nº 02/2008 – CRONOGRAMA DAS PRÓXIMAS FASES DO PROCESSO SELETIVO E PONTOS PARA A PROVA DISSERTATIVA.

A Presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nos termos do Edital FD/PÓS/SEL. nº 01/2008, torna público o cronograma das próximas fases do presente processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação para o ano de 2009, bem como os pontos para a prova dissertativa prevista no nº 8, II do supramencionado Edital:

1. CRONOGRAMA:

15/8/2008: divulgação dos candidatos aprovados nas provas de proficiência em línguas estrangeiras, pela FUVEST no site: www.fuvest.br.

22/8/2008: divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 03/2008**: candidatos convocados para a segunda fase do processo seletivo (prova dissertativa) **após as 18h00**, na Secretaria de Pós-Graduação e no site www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php.

05/9/2008: prova dissertativa na área de concentração escolhida pelo candidato.

13/10/2008: divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 04/2008**: resultado das provas dissertativas, **após as 18h00**, no site www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e na Secretaria de Pós-Graduação.

17/10/2008: divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 05/2008**: candidatos convocados para a terceira fase do processo seletivo (seleção pelo orientador ou pela área de concentração prevista no nº 8, III do Edital FD/PÓS/SEL. nº 01/2008), e das vagas disponíveis por orientador, **após as 18h00**, no site www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e na Secretaria de Pós-Graduação.

21/10 a 04/11/2008: prazo para indicação de orientador e entrega na Secretaria de Pós-Graduação dos documentos previstos no nº 8, III, letra “a” do Edital FD/PÓS/SEL. nº 01/2008.

17/11 a 07/12/2008: fase de seleção pelo orientador nos termos do nº 8, III, letra “b” do Edital FD/PÓS/SEL. nº 01/2008, de acordo com o calendário a ser divulgado pela Secretaria de Pós-Graduação no dia 10/10/2008.

19/12/2008: divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 06/2008**: resultado final do processo seletivo de ingresso para o ano de 2008, **após as 18h00**, no site www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e na Secretaria de Pós-Graduação.

Janeiro/fevereiro/2009: previsão do período de matrícula para os alunos ingressantes em 2009. Obs.: para efetivar a matrícula, o aluno deverá imprimir o “**formulário de matrícula de aluno ingressante**”, encontrado no site www.direito.usp.br/pos/arquivos/ingressantes.pdf e entregá-lo em 02 vias (uma via para protocolo) na Secretaria de Pós-Graduação, com visto do orientador.

2. PROVA DISSERTATIVA:

A prova dissertativa, acima referida, será realizada no dia 05/9/2008, das 14h00 às 17h00, na sala correspondente à área de concentração escolhida pelo candidato no momento da inscrição, conforme distribuição a ser divulgada no dia 22/8/2008 (item 1.2, supra).

Os candidatos deverão comparecer no local da prova com **pelo menos 30** (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto e caneta esferográfica azul. Após as 13h45, **não será permitido** o ingresso dos candidatos nos locais das provas. Não será permitida qualquer tipo de consulta.

No início da prova será sorteado um ponto dos constantes na relação abaixo transcrita. Nas áreas de concentração em que houver subáreas, o candidato escolherá o ponto sorteado da subárea que desejar, não podendo em hipótese alguma responder a mais de uma questão.

Pontos para a prova dissertativa:

Área de Concentração: **DIREITO CIVIL – (2131)**

Subárea: **Direito Civil**

- 1 Codificação e Descodificação : O Direito Civil e o Código Civil de 2002
- 2 Panorama atual das pessoas jurídicas
- 3 Visão contemporânea da prescrição
- 4 A regra da boa fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios
- 5 Extinção dos contratos : Resolução, resilição e rescisão
- 6 Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos
- 7 A propriedade: evolução, natureza e fundamento do direito de propriedade

- 8 O Direito de Superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade
- 9 A teoria do casamento inexistente e o Direito de Família contemporâneo
- 10 Diferenças entre herdeiro e legatário. Espécies delegado.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. **Direito Civil – Família** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Código Civil Comentado - Direito das Sucessões. Sucessão em Geral . Sucessão Legítima** . São Paulo: Atlas , 2003.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção . **A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade** . Rio de Janeiro : Renovar, 1998.

ALVES, José Carlos Moreira . **A Parte Geral do Projeto de Código Civil Brasileiro : subsídios históricos para o novo Código Civil Brasileiro** . São Paulo : Saraiva, 2003.

AMARAL, Francisco . **Direito Civil : Introdução** . 6ª ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 2006.

AMORIM FILHO, Agnelo . Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.94. n.836. p.733-63. jun. 2005

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de . **Da Codificação : Crônica de um Conceito** . Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1997.

AZEVEDO, Junqueira de . **Estudos e pareceres de Direito Privado** . São Paulo : Saraiva, 2004.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do Código Civil na questão da boa-fé objetiva dos contratos. **RTDC: Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro. v.1. n.1. p.3-12. jan./mar. 2000.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4ª ed. . São Paulo : Saraiva, 2002.

_____. O Direito Civil tende a desaparecer ? . **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.92. n.811. p.753-60. maio. 2003.

_____. O Direito pós-moderno e a Codificação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.94. p.3-12. 1999

_____. O Espírito de Compromisso do Direito das Sucessões perante as Exigências Individualistas de Autonomia da Vontade e as Supra-Individualistas da Família . Herdeiro e Legatário . **Revista da Advogado – AASP** . n. 58 . p. 9-13 . março de 2000.

_____. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social . **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 211-218, 2004

AZEVEDO, Álvaro Villaça . A codificação civil: o processo brasileiro. **Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem**, v. 6, p. 70-97, 2003.

_____. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos: curso de direito civil**. São Paulo: Atlas, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto . **Direito das Obrigações** . 2ª ed. . atualizada por Carlos Alberto Bittar Filho . Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2004.

_____. **Reparação civil por danos morais** . 2º ed. . São Paulo : Revista dos Tribunais, 1994.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Dano Moral Coletivo. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 44-62, out.-dez. 1994.

CAMPOS, Diogo Leite de . **A Invenção do Direito Matrimonial : A Institucionalização do Casamento** . Coimbra : Coimbra, 1995.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. 16ª ed. . São Paulo: Saraiva, 2005.

CHINELATO, Silmara Juny de Abreu . Tendências da responsabilidade civil no direito contemporâneo: reflexos no Código de 2002.. In: DELGADO, Mário Luiz. (Org.). **Novo Código Civil: questões controvertidas**. São Paulo: Método, 2006, v. 5, p. 583-606.

_____ ; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes . Propriedade e posse: uma releitura dos ancestrais institutos. Em homenagem ao professor José Carlos Moreira Alves. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 79-114, 2003.

CORDEIRO, Antônio Menezes. **Da boa-fé no Direito Civil** . Coimbra : Almedina, 1985.

COSTA, Mário Júlio de Almeida . Aspectos fulcrais da boa-fé contratual . **Revista de Direito Comparado** . Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro . Rio de Janeiro, p. 15-27, 2001.

COUTO E SILVA, Clóvis V. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro : FGV, 2007.

DE MATTIA, Fabio Maria . Direitos reais: da aquisição da propriedade imóvel; dos direitos da vizinhança. **Revista da EMERJ**, v. esp., p. 182-195, 2003.

DEL NERO, João Alberto Schützer . O significado jurídico da expressão "função social da propriedade" . **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo** . São Bernardo do Campo, v. 3, p. 79-97, 1997

DUARTE, Nestor . A citação válida que não interrompe a prescrição . **Revista de Direito Privado** . São Paulo, v. 2, n. 8, p. 189-197, out./dez. 2001

FACHIN, Luiz Edson . A cidade nuclear e o Direito periférico (reflexões sobre a propriedade urbana). **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.85. n.723. p.107-10. jan. 1996.

_____ . Limites e possibilidades da nova teoria geral do direito civil. **Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. v.21. n.60. p.201-11. mar. 1994.

_____ . **Teoria Crítica do Direito Civil** . Rio de Janeiro : Renovar, 2000.

GOMES, Orlando . **Contratos** . 26ª ed. . Edvaldo Brito (coordenador) . Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo De Crescenzo Marino (atualizadores). Rio de Janeiro : Forense. 2007.

_____ . **Transformações gerais do Direito das Obrigações** . São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1980.

FRANÇA, Rubens Limongi . **Hermenêutica Jurídica** . 4ª ed. . São Paulo : Saraiva, 1995.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes . **Comentários ao Código Civil : Parte Especial – Do Direito das Sucessões – Da Sucessão em Geral** . v. 20 . Antonio Junqueira de Azevedo (coord.) . São Paulo : Saraiva, 2003.

_____ . Direito das Obrigações: o caráter de permanência dos seus institutos, as alterações produzidas pela Lei Civil brasileira de 2002 e a tutela das gerações

futuras.. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. (Org.). **Novo Código Civil - Interfaces no ordenamento jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, v. 1, p. 51-56.

_____. CAHALI, Francisco José . **Direito das Sucessões**. 3. ed. . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Responsabilidade pressuposta** . Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. Responsabilidade pressuposta: evolução de fundamentos e de paradigmas da responsabilidade civil na contemporaneidade. Mário Luiz Delgado; Jones Figueiredo Alves. (Org.). **Novo Código Civil: questões controvertidas**. São Paulo: Método, 2006, v. 5.

LIRA, Ricardo César Pereira . O Direito de Superfície e o Novo Código Civil. **Revista Forense**, v. 364, p. 351-266, 2003.

_____. O Moderno Direito de Superfície (Ensaio de uma Teoria Geral). Conveniência de sua Recepção no Direito Positivo Brasileiro. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, v. 2, p. 425-515, 2006.

LOPES, Miguel Maria de Serpa . **Curso de Direito Civil** . v. 1 . 8^a ed . revista e atualizada por José Serpa Santa Maria . Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1996.

LOPEZ, Teresa Ancona . **Nexo causal e produtos potencialmente nocivos: a experiência brasileira do tabaco**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. **O dano estético: responsabilidade civil** . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LORENZETTI, Ricardo Luis . **Fundamentos do Direito Privado** . tradução de Vera Maria Jacob de Fradera . São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

LOTUFO, Renan . **Código Civil Comentado : parte geral (arts. 1º a 232)** . v. 1 . São Paulo : Saraiva, 2003.

MALUF, Carlos Alberto Dabus . **Limitações ao direito de propriedade..** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Reflexões sobre mudanças ocorridas no novo Código Civil, no condomínio e na propriedade. . **BDI Boletim de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 23, n. 7, p. 12-13, 2002.

MONCADA, Luís Cabral de . **Lições de Direito Civil**. 4^a ed. . Coimbra : Almedina, 1995.

MORATO, Antonio Carlos . Codificação e Descodificação : Uma análise acerca do tema . **Revista da Faculdade de Direito** . Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 98, p. 95-120, 2003.

_____. Do Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários . **Temas relevantes do Direito Civil contemporâneo : reflexões sobre os cinco anos do Código Civil** . Giovanni Ettore Nanni. (Org.) . São Paulo: Atlas, 2008, p. 749-768

i. NERY JÚNIOR, Néelson . **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor : comentado pelos autores do anteprojeto** . 8^a ed. . Ada Pellegrini Grinover (coord.) . Rio de Janeiro : Forense Universitária , p. 493-627, 2004.

OLIVEIRA, José Lamartine Correia de . **A Dupla Crise da Pessoa Jurídica** . São Paulo : Saraiva, 1979.

PERLINGIERI, Pietro . **Perfis do Direito Civil : Introdução ao Direito Civil Constitucional** . tradução de Maria Cristina De Cicco . 3^a ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 1997.

PINTO, Carlos Alberto da Mota . **Teoria Geral do Direito Civil** . 3ª ed. . Coimbra : Coimbra Editora, 1996.

REALE, Miguel . **Estudos Preliminares do Código Civil** . São Paulo : Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **O Projeto do Novo Código Civil : situação após a aprovação pelo Senado Federal** . 2ª ed. . São Paulo : Saraiva, 1999.

SCAFF, Fernando Campos . **A função social dos imóveis agrários**. São Paulo : Revista dos Tribunais, v. 840, p. 107-113, 2005.

SIMÃO, José Fernando . Impedimento e suspensão da prescrição e da decadência. **Revista EPD - Escola Paulista de Direito Direito Civil**, São Paulo, v. 1, p. 1-37, 2005.

_____. Noções gerais sobre a prescrição e decadência. **Revista da ABPI**, São Paulo, v. 69, p. 10-16, 2004.

TEIXEIRA, José Guilherme Braga. O direito de superfície recriado pela lei 10.257, de 10.07.2001. **Revista de Direito Imobiliário**. São Paulo. v.24. n.51. p.46-56. jul./dez. 2001

TEPEDINO, Gustavo . **Temas de Direito Civil** . 2ª ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Distinção científica entre prescrição e decadência. Um tributo à obra de Agnelo Amorim Filho. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.94. n.836. p.49-68. jun. 2005.

VELOSO, Zeno . **Comentários ao Código Civil : : Parte Especial – Do Direito das Sucessões – Da Sucessão Testamentária – Do Inventário e Da Partilha** . v. 21 . Antonio Junqueira de Azevedo (coord.) . São Paulo : Saraiva, 2003.

VIANA, Rui Geraldo Camargo . Direito à Moradia. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 95, p. 543-552, 2000.

_____. Direitos Reais. In: Seminário sobre o Novo Código Civil Brasileiro, 2003, Brasília. **Seminário sobre o Novo Código Civil: o que muda na vida do cidadão**. Brasília : Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 2003. v. 1. p. 218-229.

Subárea: **Direito Romano**

- 1 As fontes do direito, desde o período pré-clássico
- 2 Personalidade civil, capacidade de direito e *capitis deminutio*
- 3 Capacidade jurídica de fato e causas da incapacidade na Roma Antiga
- 4 Posse e detenção; proteção da posse e interditos.
- 5 As servidões pessoais no direito romano
- 6 Inadimplemento e mora no direito romano
- 7 As três modalidades do contrato de locação no direito romano
- 8 Delitos privados
- 9 Matrimônio e *conventio in manum*
- 10 Testamento e sucessão *secundum tabulas*

Subárea: **História do Direito**

- 1 A jurisprudência em Roma no período clássico.
- 2 O Direito Romano no Baixo Império e o Direito Bizantino.
- 3 Compilações dos Direitos Germânicos na Idade Média.

- 4 Fontes do Direito Canônico até o Decreto de Graciano.
- 5 As universidades medievais e o *ius commune*. Glosadores e Comentadores.
- 6 As grandes compilações do Direito Português, do “Livro das Leis e Posturas” até as “Ordenações Filipinas”.
- 7 A “Lei da Boa Razão” e a reforma dos “Estatutos da Universidade de Coimbra”.
- 8 Fontes do direito brasileiro no período colonial.
- 9 Os principais aspectos da legislação joanina e do Regente D.Pedro.
- 10 O Direito Privado no período imperial: cultura jurídica, doutrina e legislação.

BIBLIOGRAFIA ORIENTATIVA:

GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1.995.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, vol.1, Rio de Janeiro, Forense, 12ª edição, 1.999.

COSTA, Mário Júlio de Almeida Costa. *História do direito português*. Coimbra, Almedina, 1996.

GOMES DA SILVA, Nuno Espinosa. *História do direito português: fontes de direito*. 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1991.

MARTINS JR, Izidoro. *História do direito nacional*. Recife, Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, 1941.

TRÍPOLI, César. *História do direito brasileiro*. São Paulo, RT, 1936-1947, 2v.

LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha, *Curso de Direito Romano*, Rio de Janeiro, Typ.Álvaro Pinto, 1931. (Brasília, Senado Federal, 2006).

Área de Concentração: **DIREITO COMERCIAL – (2132)**

- 1 Quais críticas podem ser formuladas perante a redação atual do art. 81 da Lei de Recuperação de Empresas e Falência (nº 11.101, de 9.2.2005)?
- 2 Discorra sobre a criação intelectual no campo da técnica e no campo da estética.
- 3 Qual a disciplina atual das ofertas públicas (OPA’s), perante o direito posto?
- 4 Discorra acerca das marcas não registradas e concorrência desleal.
- 5 O que entende por risco sistêmico, em termos de Direito Bancário?
- 6 Discorra sobre os direitos do autor e seus fundamentos.
- 7 Quais as técnicas que podem ser adotadas para a constituição derivada de uma companhia aberta?
- 8 Disserte sobre as patentes para biotecnologia.
- 9 Discorra sobre as “securities” e seu tratamento perante o direito brasileiro atual.
- 10 Discorra sobre os títulos de legitimação perante a teoria geral dos títulos de crédito.

BIBLIOGRAFIA ORIENTATIVA:

A oficial, constante do “site” da Faculdade para os Cursos de Graduação e Pós-Graduação, e mais: (i) FRANCO, Vera Helena de Melo e STAJN, Rachel, “Falência e Recuperação da empresa em crise (comparação com as posições do direito europeu)”, Editora Campus Elsevier, 2008; (ii) FRANCO, Vera Helena de Melo, “Manual de Direito Comercial”, vol. 2 (“Sociedades anônimas e mercados de valores mobiliários”, RT, 2005 (iii) artigos sobre Direito Bancário publicados na Revista de Direito Mercantil, ed. Malheiros; (iv) CORTEZ, Tiago Machado, “O conceito de risco sistêmico e suas implicações para a defesa da concorrência no mercado bancário”, *in* Concorrência e regulação no sistema financeiro”, coord. Celso Fernandes Campilongo e outros, Max Limonad, 2002.

Área de Concentração: **DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO – (2133)**

Subárea: **Direito Econômico**

1. O mercado, o Estado Liberal, o Estado Social e o neoliberalismo
2. A distribuição constitucional do exercício da atividade econômica entre o setor privado e o setor público
3. O mercado como instituição jurídica
4. Constituição dirigente, constituição econômica e ordem econômica
5. Uma nova *lex mercatoria*
6. Disciplina da moeda e do crédito e sistema financeiro nacional
7. Regulação e defesa da concorrência
8. As fontes do direito econômico
9. Função social da propriedade e da empresa
10. O sistema do GATT e da OMC

Subárea: **Direito Financeiro**

1. As normas gerais de direito financeiro.
2. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço.
3. Federalismo fiscal, repartição de receitas e fundos constitucionais.
4. Despesa pública: conceito, características, regime jurídico e limites. As despesas públicas no orçamento.
5. Orçamento público: conceito e natureza jurídica. As leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental. Orçamento-programa, orçamento de desempenho, orçamento base zero, PPBS, orçamento anticíclico.
6. A elaboração da lei orçamentária: fases, agentes e participação dos Poderes. O orçamento participativo.
7. A execução da lei orçamentária. Os precatórios judiciais.
8. Fiscalização financeira e orçamentária: mecanismos e abrangência. O princípio da transparência fiscal. Prestações de contas, balanços e relatórios.
9. Controle da administração pública: espécies. Os Tribunais de Contas: natureza jurídica e funções.
10. Dívida pública e operações de crédito: conceitos e espécies. O endividamento público e seus limites. Garantias, contragarantias e vinculações de receitas.

BIBLIOGRAFIA:

Livros e textos

ASSONI, Sérgio. Crédito público e responsabilidade fiscal. Porto Alegre: Núria

Fabris, 2007.

ATALIBA, Geraldo. Empréstimos públicos e seu regime jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Rio de Janeiro: Forense.

BURKHEAD, Jesse. Orçamento Público. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CONTI, José Mauricio. Direito Financeiro na Constituição de 1988. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

_____. Federalismo Fiscal e Fundos de Participação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

_____. A autonomia financeira do Poder Judiciário no Brasil. São Paulo: MP Editora, 2006.

CONTI, José Mauricio (org.). Federalismo fiscal. Barueri (SP): Manole, 2004.

COSCIANI, Cesare. Scienza delle Finanze. Torino: UTET, 1991.

DE JUANO, Manuel. Curso de Finanzas y Derecho Tributário. Rosário: Molachino, 1971,

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2002.

GIULIANI FONROUGE, Carlos M. Derecho Financiero. Buenos Aires: Depalma, 1993.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

JARACH, Dino. Finanzas Públicas y Derecho Tributario. Buenos Aires: Cantagallo, 1993.

MACHADO Jr., J. Teixeira e REIS, Heraldo C. A Lei 4.320 comentada. Rio de Janeiro: IBAM.

MARTINS, Ives G. S. e NASCIMENTO, Carlos V (organizadores). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Marcos (org.). Gasto público eficiente. 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MARTINS, Ives G. S. (organizador). Taxa e Preço Público. Caderno de Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Resenha Tributária - CEEU, 1991.

MEIRELLES, Hely L. Finanças Municipais. São Paulo: Malheiros, 2000.

MILESKI, Helio S. O controle da gestão pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. Finanças Públicas. Teoria e prática. São Paulo: Editora Campus/EDUSP, 1980.

OLIVEIRA, Regis F. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Receitas públicas não tributárias. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SILVA, José Afonso da. Orçamento-programa no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. V: O Orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. Curso de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Renovar.

VILLEGAS, Hector. Curso de finanzas, derecho financiero y tributario. Buenos Aires: Astrea, 2005.

Internet:

Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: www.bndes.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: www.planejamento.gov.br

Portal da Transparência: www.portaltransparencia.gov.br

Secretaria do Tesouro Nacional: www.stn.fazenda.gov.br

Senado Federal: www.senado.gov.br

Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: www.tce.sp.gov.br

Tribunal de Contas do Município de São Paulo: www.tcm.sp.gov.br

Tribunal de Contas da União: www.tcu.gov.br

Subárea: **Direito Tributário**

1. Conceito de tributo e os critérios distintivos entre taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e tarifas.
2. Crédito tributário e lançamento tributário.
3. Funções e hierarquia da lei complementar em matéria tributária.
4. Responsabilidade tributária dos sócios e dos administradores.
5. Regra-matriz de incidência tributária e as funções da base de cálculo.
6. Decadência e prescrição do direito de repetir o indébito tributário.
7. Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.
8. A compensação tributária no cálculo das relações.
9. Imunidades tributárias: definição, espécies e requisitos constitucionais.
10. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário e o curso dos prazos decadencial e prescricional.

Subárea: **Legislação Tributária**

1. Conceito de tributo.
2. Relação jurídica tributária. Obrigação tributária. O fato gerador. Sujeitos da obrigação tributária.
3. Imposto de Renda.
4. Categorias tributárias: competência, não competência, incidência, não incidência, isenção, imunidade.
5. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.
6. Fiscalidade e extrafiscalidade.
7. Os impostos. Causa dos impostos.
8. As taxas. O poder de polícia. Os serviços, sua especificabilidade e divisibilidade. Taxa e preço público. Justificação das taxas.
9. Competência tributária. Discriminação constitucional de competências tributárias.
10. Princípios tributários e as limitações constitucionais ao poder de tributar.

BIBLIOGRAFIA:

- 1) SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica. Rio de Janeiro: Forense. 2005.
- 2) COSTA, Alcides Jorge. Contribuição ao Estudo da Obrigação Tributária. São Paulo: IBDT. 2003.

- 3) CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
- 4) ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva. 2004, p.120-141; 209-245.

Subárea: **Direito Ambiental**

- 1 O problema ambiental e sua abordagem econômica.
- 2 A correção das externalidades do mercado.
- 3 Interdisciplinaridade e direito ambiental.
- 4 Política ambiental e suas técnicas: instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos.
- 5 A problemática do desenvolvimento sustentável.
- 6 O meio ambiente na Constituição Federal.
- 7 Políticas públicas e direito ambiental.
- 8 Atmosfera e clima. A proteção contra mudanças climáticas.
- 9 As regras sobre a apropriação dos recursos naturais.
- 10 Espaços territoriais especialmente protegidos.

Área de Concentração: **DIREITO DO ESTADO – (2134)**

Subárea: **Direito Constitucional**

- 1 Conceito de Constituição.
- 2 O poder constituinte.
- 3 Controle de Constitucionalidade.
- 4 Formas, sistemas e regimes políticos.
- 5 Partidos políticos.
- 6 Os princípios do Estado de Direito.
- 7 A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução.
- 8 Bases e valores da ordem econômica.
- 9 A atuação do Estado na ordem econômica.
- 10 Bases e valores da ordem social.

Subárea: **Teoria Geral do Estado**

- 1 Soberania.
- 2 Conceito de Estado.
- 3 Representação política.
- 4 Estado e direito.
- 5 Democracia e formas de governo.
- 6 Democracia direta e semidireta.
- 7 Teoria da Divisão de Poder.
- 8 O parlamentarismo.
- 9 O presidencialismo
- 10 Estado federal.

Subárea: **Direito Administrativo**

- 1 Princípios constitucionais da Administração Pública.
- 2 Atos administrativos: anulação, revogação e convalidação.
- 3 Poder de polícia.

- 4 Bens públicos: classificação e regime jurídico.
- 5 Mutabilidade dos contratos administrativos.
- 6 Atos administrativos: limites do controle judicial.
- 7 Atos administrativos: discricionários e vinculados.
- 8 Contratos administrativos: parcerias público-privadas.
- 9 Contratos administrativos: concessão de serviços públicos.
- 10 Responsabilidade extracontratual do Estado.

Área de Concentração: **DIREITO INTERNACIONAL – (2135)**

Subárea: **Direito Internacional Público**

- 1 estado no direito internacional : elementos constitutivos ; surgimento e reconhecimento de estado e de governo ; sucessão de estado, no direito internacional
- 2 fontes do direito internacional : costume ; tratados ; princípios gerais e as demais ; atos unilaterais de estado e resoluções das organizações internacionais
- 3 relações e conflitos entre direito interno e direito internacional ; *jus cogens* no direito internacional
- 4 solução pacífica de controvérsias entre estados : meios diplomáticos e jurídicos ; seus respectivos modos de atuação
- 5 solução coercitiva de controvérsias entre estados e regulação do uso da força no direito internacional atual.
- 6 organizações internacionais: responsabilidade internacional, privilégios e imunidades.
- 7 ONU e sua regulamentação atual: órgãos, competência, atuação e relacionamento com agências especializadas.
- 8 fenômeno da integração econômica regional: tipologia e principais áreas: União Européia e MERCOSUL.
- 9 a proteção internacional dos direitos do homem: sistemas regionais e sistema universal.
- 10 proteção internacional do meio ambiente: fundamentos legais e impacto da globalização.

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do NASCIMENTO E SILVA, Manual de direito internacional (com atualização de P. B. CASELLA e colaboradores, São Paulo: Saraiva, 15^a ed., 2002)

ACCIOLY, Hildebrando, Tratado de direito internacional público (Rio : s/ ed., vol I, 2^a ed., 1956; vol II, 2^a ed., 1956; vol. III, 2^a ed., 1957)

BEDJAOU, Mohammed (redator geral), Droit international: bilan et perspectives (Paris: UNESCO / Pédone, impr. 1991, 2 vols. ; também publicado em inglês)

BOBBIO, Norberto, A Era dos Direitos, Apresentação de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Campus, 2004.

CASELLA, P. B., Direito internacional, terrorismo e aviação civil (São Paulo : Quartier Latin, 2006)

CASELLA, P. B., *Constituição e direito internacional (in Direito da integração, org. P. B. CASELLA e V. L. V. LIQUIDATO, São Paulo : Quartier Latin, 2006, pp. 31-55)*

CASELLA, P. B. e Rodrigo E. SANCHEZ (orgs.), Quem tem medo da ALCA ? desafios e perspectivas para o Brasil (pref. João Grandino RODAS, Belo Horizonte : Del Rey, 2005)

CARVALHO RAMOS, André de, Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. Rio: Renovar, 2005.

CARVALHO RAMOS, André de. Processo Internacional dos Direitos Humanos. Rio: Renovar, 2002.

SCHACHTER, Oscar, International law in theory and practice : general course in public international law (RCADI, 1982-V, t. 178, pp. 9-395)

SOARES, Guido Fernando Silva, Curso de direito internacional público (São Paulo : Atlas, 2002)

SOARES, Guido Fernando Silva, Direito internacional do meio ambiente (São Paulo : Atlas, 2001)

SOARES, Guido Fernando Silva, Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais, Formas de Diplomacia e Imunidades, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado, Direito das organizações internacionais (Belo Horizonte : Del Rey, 3ª. ed., rev. e atualizada, 2003)

Subárea: **Direito Internacional Privado**

- 1 Noção, objeto e âmbito do Direito Internacional Privado.
- 2 Fundamento e natureza jurídica do Direito Internacional Privado. O Direito Internacional Privado e as disciplinas afins.
- 3 Fontes do Direito Internacional Privado.
- 4 O problema da qualificação. Conflito de qualificação.
- 5 A regra de conflitos no Direito Internacional Privado e sua matriz conflitual: estrutura e funções.
- 6 A aplicação do direito material estrangeiro. Elemento de conexão. O princípio da maior proximidade.
- 7 Exceções à aplicação do direito estrangeiro.
- 8 Reconhecimento de atos jurisdicionais estrangeiros.
- 9 Lei aplicável às obrigações.
- 10 Lei aplicável às relações familiares.

Bibliografia Básica:

BALLARINO, Tito. *Diritto internazionale privato*. 3ª ed. Padova: Cedam, 1999.

BASEDOW, Jürgen e KONO, Toshiyuki (ed.) *An Economic Analysis of Private International Law*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.

BASSO, Maristela. “Da aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional - O direito internacional privado à luz da jurisprudência”. São Paulo: Saraiva. 1988. (esgotado – consulta apenas na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco)

BOGGIANO, Antonio. *Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot. 2000. (vol.1/Teoria General y Derecho Procesal Internacional; v.2/Derecho mercantil internacional)

CASTRO, Amílcar de, *Direito Internacional Privado*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001 (6ª ed. 2005).

- COLLINS, Lawrence. *Essays in International Litigation and the Conflict of Laws*. New York: Oxford Univ.Press. 1994
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. 11ª edição, São Paulo: Saraiva, 2005.
- DOLINGER, Jacob, *Direito Internacional Privado – parte geral*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- GARCIA VELASCO, Ignacio. *Derecho Internacional Privado*. Salamanca: Livraria Cervantes, 1994.
- KROPHOLLER, Jan. *Internationales Privatrecht*. 6ed. Tübingen: Mohr Siebeck. 2006.
- SAVIGNY, Friedrich Carl von, *Sistema do Direito Romano Atual- Vol.VIII*. Ijuí: Editora Unijuí. 2004.
- SIEHR, Kurt. *Internationales Privatrecht: Deutsches und Europäisches Kollisionsrecht für Studium und Praxis*. Heidelberg: C.F.Müller. 2001.

Subárea: **Direito do Comércio Internacional**

- 1 Qual o alcance do Princípio da Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais?
- 2 Equilíbrio Econômico dos Contratos Internacionais (Cláusulas de Hardship e de Estabilização).
- 3 Formação e Negociação dos Contratos Internacionais.
- 4 A boa-fé nas Negociações e nos Contratos Internacionais.
- 5 Investimentos Internacionais – Investimento do Estrangeiro no Brasil e Investimento no Brasil o exterior.
- 6 Joint Ventures.
- 7 Práticas Desleais no Comércio Internacional (Subsídios, Dumping e Salvaguardas).
- 8 Cláusula Arbitral nos Contratos Internacionais.
- 9 Princípios, usos e costumes na Ordem das Relações Internacionais.
- 10 O acesso das pessoas de Direito Privado aos Mecanismos de Solução de Controvérsias do Direito Internacional Público.

Bibliografia Básica:

- BAPTISTA, Luiz Olavo, *Contratos internacionais: uma visão teórica e prática*, São Paulo: Saraiva, 1994.
- BASSO, Maristela, “Âmbito de aplicação dos princípios do UNIDROIT sobre os contratos comerciais internacionais”, in *Revista Jurídica UNIGRAN*, vol. 1, n. 2 (jul/dez), 1999.
- BASSO, Maristela, *Contratos internacionais do comércio: negociação, conclusão e prática* 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BOGGIANO Antonio. *Contratos internacionales*. Buenos Aires: Depalma. 1995.
- BONELL, Michael Joachim, “UNIDROIT Principles 2004: The New Edition of the Principles of International Commercial Contracts adopted by the International Institute for the Unification of Private Law”, in *Uniform Law Review*, 2004, pp. 5-40.
- BONELL, Michael Joachim, “UNIDROIT principles of international commercial contracts and the United Nations convention for the international sale of goods –

alternatives or complementary instruments?”, in *Business Law International*, vol. 2, New York/International Bar Association, 2000, pp. 89-98.

DRAETTA, Ugo. *Il diritto dei contratti internazionale: la patologia dei contratti*. Padova: CEDAM, 1988.

RODAS, João Grandino (coord.). *Contratos Internacionais*. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995 (3ª ed., 2004)

STRENGER, Irineu. *Contratos Internacionais do Comércio*. 4ª edição. São Paulo: LTr, 2004.

Área de Concentração: **DIREITO PENAL, MEDICINA FORENSE E CRIMINOLOGIA – (2136)**

- 1 Missão do direito Penal no estado democrático de direito.
- 2 O direito penal na sociedade de risco, o conceito de risco.
- 3 Relação de causalidade e teoria da imputação objetiva. O artigo 13 do Código Penal Brasileiro.
- 4 Função da pena e política criminal no estado democrático de direito.
- 5 Tipicidade: Conceito. Tipicidade formal e material.
- 6 Erro sobre os elementos do tipo: teorias, erro essencial, erro accidental, erro na execução.
- 7 Antijuridicidade. Conceito. Causas de justificação. Erro nas eximentes putativas fáticas.
- 8 Culpabilidade. Conceito da culpabilidade no Código Penal Brasileiro de 1984.
- 9 Erro sobre ilicitude do fato.
- 10 Tipos omissivos e comissivos por omissão: relevância da omissão no Código Penal Brasileiro.

Área de Concentração: **DIREITO PROCESSUAL – (2137)**

Subárea: **Processo Penal**

- 1 Prisão cautelar e presunção de inocência.
- 2 Teoria geral da prova: prova ilícita.
- 3 Princípio da oportunidade e justiça penal consensual.
- 4 Princípios gerais na teoria dos recursos.
- 5 Teoria das nulidades no processo penal.
- 6 Condições da ação penal.
- 7 Investigação preliminar: ampla defesa e contraditório.
- 8 Juiz natural e causas de modificação de competência.
- 9 Motivação das decisões judiciais penais.
- 10 Princípio da proporcionalidade no processo penal.

Bibliografia:

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. A motivação das decisões penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. Direito à prova no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. Presunção de inocência e prisão cautelar. São Paulo: Saraiva, 1991.

GRINOVER, Ada Pellegrini. As condições da ação penal. São Paulo: José Bushatsky, 1977.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; SCARANCE FERNANDES, Antonio. Recursos no processo penal. 5ª ed. São Paulo: RT, 2008.

_____. As nulidades no processo penal. 10ª ed. São Paulo: RT, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; SCARANCE FERNANDES, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. Juizado Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099, de 26/9/1995. 3ª ed. São Paulo: RT, 1999.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Justa causa na ação penal. São Paulo: RT, 2001.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Inquérito Policial, Novas Tendências. Belém, PA: Cejup, 1987.

SCARANCE FERNANDES, Antonio. A reação defensiva à imputação. São Paulo: RT, 2002.

_____. Processo Penal Constitucional. 4ª ed. São Paulo: RT, 2005.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no Processo Penal brasileiro. 2ª ed. São Paulo: RT, 2004.

Subárea: **Processo Civil**

- 1 Condições da ação no atual panorama do direito processual civil brasileiro.
- 2 Defesas do executado antes da penhora com as novas leis que disciplinam a execução civil.
- 3 Espécies de liquidação de sentença e natureza jurídica.
- 4 Nulidades no processo civil brasileiro.
- 5 Processos repetitivos: soluções no ordenamento jurídico para o combate à morosidade da justiça.
- 6 Duplo grau de jurisdição: garantia ou regramento?
- 7 Estabilização da tutela antecipada.
- 8 Audiência preliminar: objetivos.
- 9 Tutela jurisdicional diferenciada.
- 10 Limites subjetivos da coisa julgada no processo individual e coletivo.

Bibliografia:

ARMELIN, Donaldo. Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro. São Paulo, RT, 1979.

ASSIS, Araken de. Cumulação de ações. São Paulo, RT, 1989.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual. Oitava série, São Paulo, Saraiva, 2004.

_____. “Aspectos da “execução” em matéria de obrigação de emitir declaração de vontade”, in Estudos de direito processual em memória de Luiz Machado Guimarães. Rio de Janeiro, Forense, 1996.

_____. “Conteúdo e efeitos da sentença: variações sobre o tema”, in Temas de direito processual. Oitava série cit.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo, Malheiros, 2006.

BÜLOW, Oskar. La teoría de las excepciones procesales y los presupuestos procesales. Buenos Aires, EJEA, 1964, trad. De Angel Rosas Lichtschein.

BUZUID, Alfredo. Do agravo de petição no sistema do Código de Processo Civil. São Paulo, Saraiva, 1958.

CALAMANDREI, Piero. La cassazione civile, in Opere Giuridiche. Napoli, Morano, 1976, vols. VI e VII.

_____. Limiti fra giurisdizione e amministrazione nella sentenza civile, in Opere Giuridiche, Napoli, Morano, 1965.

_____. La condanna “genérica” ai danni, in Opere Giuridiche, vol. V, Napoli, Morano, 1972.

CARNEIRO, Athos Gusmão. “Do cumprimento da sentença” conforme a Lei 11.232/2005. Parcial retorno ao medievalismo? Por que não?”, in Revista do Advogado, nº 85, Associação dos Advogados de São Paulo.

CARNELUTTI, Francesco. Diritto e processo. Napoli, Morano, 1958.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil, anotações de Enrico Tullio Liebman. Campinas, Bookseller, 1998.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. 13ª ed., São Paulo, Malheiros, 1997 (em coop. Com Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco).

COMOGLIO, Luigi Paolo. La garantia costituzionale dell’azione ed il processo civile. Pádua, CEDAM, 1970.

_____. Ética e técnica del “giusto processo”. Torino, Giappichelli, 2004.

COSTA, Susana Henriques da. Condições da ação. São Paulo, Quartier Latin, 2005.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil. Tese, São Paulo, 2006.

_____. Tempo e processo. São Paulo, RT, 1998.

_____. “Garantia da prestação jurisdicional sem dilações indevidas como corolário do devido processo legal”, in Devido processo legal e tutela jurisdicional. São Paulo, Saraiva, 1993.

_____. “Garantia do processo sem dilações indevidas”. In Garantias constitucionais do processo civil. São Paulo, RT, 1998.

DENTI, Vittorio. Sul concetto di funzione dei provvedimenti cautelari. In Studi giuridici in memória di P. Ciapessoni. Milano, Giuffrè, 1948.

DIDIER Jr., Fredie. Pressupostos processuais e condições da ação. São Paulo, Saraiva, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Esecução civil. 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 1998.

_____. Teoria Geral do Processo. 13ª ed., São Paulo, Malheiros, 1997 (em coop. Com Ada Pellegrini Grinover e Antonio Carlos de Araújo Cintra).

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Ação declaratória incidental. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995.

FAZZALARI, Elio. Istituzioni di diritto processuale. 8ª ed., Padova, CEDAM, 1996.

_____. Note in tema di diritto e processo. Milano, Giuffrè, 1957.

FERNANDES, Antonio Scarance. Incidente processual. São Paulo, RT, 1991.

FERRI, Corrado. Profili dell’accertamento costitutivo. Padova, CEDAM, 1970

GOLDSCHMIDT, James. Derecho procesal civil. Madrid, Labor, 1936, trad. Da 2ª ed. Alemã por Leonardo Prieto Castro.

GOMES, Fábio Luiz. Teoria geral do processo civil. São Paulo, RT, 1997, (em coop. Com Ovídio Baptista da Silva).

GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo. 13ª ed., Dão Paulo, Malheiros, 1997 (em coop. Com Antonio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco).

_____. “Tutela jurisdicional na obrigações de fazer e não fazer”. In Reforma do Código de Processo Civil. São Paulo, Saraiva, 1996, coord. De Sálvio de Figueiredo Teixeira e in Revista de Processo, São Paulo, RT, 1995, vol.79.

GIMENO SENDRA, Vicente. Constitución y proceso. Madrid, Tecnos, 1998.

GOLDSCHMIDT, James. Derecho procesal civil. Madrid, Labor, 1936.

GUALANDI, A. Domanda di condanna generic, in Revista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, milano, Giuffrè, 1959.

LACERDA, Galeno. Despacho saneador. 3ª ed., Porto Alegre, Sérgio Fabris Editor, 1990.

LASPRO, Oreste. Duplo grau de jurisdição. São Paulo, RT, 1994.

LIEBMAN, Enrico Túlio. Manual de direito processual civil. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1985.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Eficácia das decisões e execução provisória. São Paulo, RT, 2000.

_____. Embargos à execução. 2ª ed., São Paulo, 2001.

_____. “Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil”. In Revista do Advogado, vol. 88, em homenagem ao Professor Celso Neves.

MACHADO GUIMARÃES, Luiz. Estudos de direito processual.

_____. “Carência de ação”. Rio de Janeiro, 1962.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Jurisdição coletivo e coisa julgada. 2ª ed., RT.

MANDRIOLI, Crisnato. L’azione esecutiva. Milano, Giuffrè, 1955.

MARCATO, Antonio Carlos. Código de Processo Civil interpretado. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. São Paulo, RT, 2006.

MONTESANO, Luigi. Condanna civile e tutela esecutiva. Napoli, Jovene, 1965.

NEVES, Celso. Estrutura fundamental do processo civil. Rio de Janeiro, Forense, 1995.

_____. “Aula Magna de 3.3.1975”. in Revista da Faculdade de Direito, vol. LXX.

PAOLINI, R.. Note sulla condanna in futuro. In Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile. Milano, Giuffrè, 1976.

PERROT, Roger. Droit judiciaire prive. Em coop. Com Henry Solus, Paris, Sirey, 1991.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, Forense, 1975.

_____. Tratado das ações. São Paulo, RT, vol. I (1970), vol. VII (1978).

PROTO PISANI, Andrea. Lezioni di diritto processuale civilen. 2ª ed., Napoli, Jovene, 1996.

RAPISARDA, Cristina. Profili della tutela civile inibitória. Padova, CEDAM, 1987.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Suspensão de Segurança. 2ª ed., São Paulo, RT, 2005.

ROGNONI. Virginio. La condanna in futuro. Milano, Giuffrè, 1957.

SATTA, Salvatore. Commentario al código di procedura civile. Milano, Giuffrè, 1959-1960.

- SILVA, Ovídio Araújo Baptista. Curso de processo Civil. Vol. 1, 4ª ed., São Paul, RT, 1998.
- _____. Curso de Processo Civil. Vol. 2, 3ª ed., São Paulo, RT, 1998.
- _____. Curso de Processo Civil. Vol. 3, 2ª ed., São Paulo, RT, 1998.
- _____. A ação cautelar inominada no direito brasileiro. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1993.
- _____. Do processo cautelar. Rio de Janeiro, Forense, 1996.
- _____. Sentença e coisa julgada. 2ª ed., Porto Alegre, Sérgio Fabris Editor, 1988.
- _____. Eficácias da sente e coisa julgada. In Sentença e coisa julgada. Cit..
- _____. “Sentenças mandamentais”, in Sentença e coisa julgada. Cit..
- _____. Teoria geral do processo civil. São Paulo, RT, 1997 (em coop. Com Fábio Luiz Gomes).
- SOLUS, Henry. Droit judiciaires prive. Em coop. Com Roger Perrot, Paris, Sirey, 1991.
- TARZIA, Giuseppe. “Medidas cautelares atípicas: uma análise comparativa”. in Revista do Processo, São Paulo, trad. De Paulo Henrique dos Santos Lucon.
- TESHEINER, José Maria. Pressupostos processuais e nulidades no processo civil. São Paulo, Saraiva, 1990.
- TROCKER, Nicolò. Processo civile e Costituzione (problemi di diritto tedesco e italiano), Milano, Giuffrè, 1974.
- TUCCI, José Rogério Cruz e. Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil. RT, São Paulo, 2006.
- TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal – jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático), São Paulo, RT, 2002.
- VIGORITTI, Vincenzo. “Costo e durata del processo civile – Spunti per una riflessione”, in Rivista di Diritto Processuale. Milano, Giuffrè, 1986, v.I.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. 4ª ed., São Paulo, RT, 1997.
- YARSHELL, Flávio. “Antecipação de tutela específica nas obrigações de declaração de contade , no sistema do CPC”, in Aspectos polêmicos da antecipação da tutela, coord. Teresa Arruda Alvim Wambier, São Paulo, RT, 1997.
- _____. Tutela jurisdicional específica nas obrigações de declaração de vontade, São Paulo, Malheiros, 1993.
- WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. 2ª ed., São Paulo, Central de Publicações Jurídicas/Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, 1999.
- _____. “Assistência Judiciária e o Juizado Especial de Pequenas Causas”, in Juizado Especial de Pequenas Causas. São Paulo, RT, 1987.
- _____. Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer”, in Reforma do Código de Processo Civil, São Paulo, Saraiva, 1996, coord. De Sálvio de Figueiredo Teixeira.
- ZAFRA VALVERDE. José. Sentencia constitutiva y sentencia dispositivo)la constitución jurídica procesal). Madrid, Rialp, 1962.
- ZAVASKI, Teori Albino. Título executivo e liquidação. São Paulo, RT, 1999.
- _____. “Antecipação da tutela e obrigações de fazer e de não fazer”, in Revista Gênese, Curitiba, Furtado & Luchtemberg, 1997.

_____. “Sentenças declaratórias, sentenças condenatórias e eficácia executiva”, São Paulo, RT, Revista de Processo, vol. 109.

Área de Concentração: **DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURIDADE SOCIAL – (2138)**

Subárea: **Direito da Seguridade Social**

- 1 Fontes de custeio da Seguridade Social.
- 2 Previdência Privada.
- 3 Direitos adquiridos em matéria previdenciária.
- 4 Cumulação de benefícios e prescrição.
- 5 Natureza jurídica das contribuições sociais.
- 6 Sistema assistencial no Brasil: renda mínima.
- 7 Sistema de saúde brasileiro.
- 8 Tempo de serviço e contagem recíproca.
- 9 Os direitos sociais como direitos fundamentais.
- 10 Beneficiários.

Subárea: **Direito Individual do Trabalho**

- 1 Contrato individual de trabalho e figuras afins. Novas tipologias contratuais
- 2 Morfologia da remuneração. Salário, gorjeta, piso salarial, salário profissional.
- 3 Responsabilidade objetiva e subjetiva do empregador nas relações de trabalho: terceirização, "dono da obra", grupo econômico, acidente do trabalho.
- 4 Poder de comando do empregador
- 5 Sujeitos do contrato de trabalho: generalidades. Trabalho autônomo dependente e as novas modalidades de proteção
- 6 Formação do contrato de trabalho.
- 7 Custo da mão-de-obra e os desafios da superação do tradicional binômio trabalho autônomo x trabalho subordinado
- 8 Cessação do contrato de trabalho. Impactos no ordenamento jurídico brasileiro em caso de eventual (re)ratificação da Convenção 158, da OIT
- 9 Grupos de empresas.
- 10 O Estado como empregador

Subárea: **Direito Coletivo do Trabalho**

- 1 Princípios do direito coletivo do trabalho
- 2 Incorporação das cláusulas normativas no contrato de trabalho
- 3 Organização sindical. Sistema confederativo. Centrais Sindicais.
- 4 Garantias da liberdade sindical. Proteção contra atos anti-sindicais.
- 5 Representação e participação dos trabalhadores na empresa
- 6 Conflitos coletivos do trabalho: terminologia, conceito, classificação, formas de solução. Sociologia dos conflitos.
- 7 Negociação coletiva de trabalho: funções, níveis, procedimentos.
- 8 Direito de greve. Titularidade, características. Efeitos no contrato de trabalho.
- 9 Poder normativo da Justiça do Trabalho: alterações instituídas pela EC 45/2004.
- 10 Unicidade sindical. Unidade sindical. Pluralidade sindical.

Subárea: **Direito Processual do Trabalho**

- 1 Autonomia do direito processual do trabalho
- 2 Princípios do direito processual do trabalho
- 3 Competência da Justiça do Trabalho. Alterações introduzidas pela EC 45/04
- 4 Formas de solução dos conflitos trabalhistas.
- 5 Petição inicial trabalhista. Requisitos.
- 6 Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvenção.
- 7 Das provas: Meios de prova. Ônus da prova.
- 8 Peculiaridades do procedimento sumaríssimo.
- 9 Tutela antecipada e medidas cautelares no processo do trabalho.
- 10 Reformas do CPC e aplicação ao processo do trabalho

Subárea: **Teoria Geral do Direito do Trabalho**

- 1 Princípios do Direito do Trabalho. Principais propostas de revisitação;
- 2 Multidisciplinariedade do trabalho: economia, sociologia, administração de empresas, filosofia, psicologia, medicina
- 3 Evolução do direito do trabalho no Brasil
- 4 Teoria do ordenamento jurídico e seus reflexos no direito do trabalho
- 5 Hierarquia das normas jurídicas trabalhistas
- 6 Aplicação do direito comum e do direito do trabalho. Semelhanças e diferenças.
- 7 O método jurídico e o problema da interpretação. Reflexos sobre o direito do trabalho
- 8 Direito constitucional e direito do trabalho
- 9 Direito internacional e direito do trabalho
- 10 Natureza jurídica do direito do trabalho

Área de Concentração: **FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO – (2139)**

- 1 A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
- 2 Norma e ordenamento: o ordenamento como sistema dinâmico no Estado Moderno.
- 3 A Ciência do Direito como teoria de Interpretação. Função racionalizadora da hermenêutica. Função Social da hermenêutica.
- 4 A teoria pura do Direito de Han Kelsen: seus objetivos.
- 5 A teoria tridimensional específica e dinâmica do Direito de Miguel Reale.
- 6 O poder e a nomogênese Jurídica.
- 7 Racionalidade e Burocratização: direito na sociedade capitalista.
- 8 Eficácia do Direito e legitimidade da ordem jurídica.
- 9 O Direito como técnica e como ética.
- 10 O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão da sua vigência universal.

Área de Concentração: **DIREITOS HUMANOS – (2140)**

- 1 O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal.

- 2 Os direitos humanos como princípios e como norma; no plano nacional e internacional; hierarquia e força vinculante.
- 3 As Primeiras Declarações de Direitos e suas características.
- 4 O fundamento do direito de liberdade nas várias manifestações.
- 5 O fundamento da igualdade nas várias manifestações.
- 6 A efetividade da proteção dos direitos humanos: problemas e possíveis soluções
- 7 A segunda geração de Direitos. Os Direitos Econômicos e Sociais.
- 8 A terceira geração de Direitos.
- 9 Os Direitos Fundamentais no Brasil.
- 10 A declaração de Direitos na Constituição de 1988.

3 –Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Presidente da CPG.

**COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 08 de agosto de 2008.**

Publique-se.

Professora Associada Mônica Herman Salem Caggiano
Presidente da CPG da FDUSP